



MUNICÍPIO DE ANSIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANSIÃO NO SEU PRESIDENTE

Considerando:

- 1.º** Que a tomada de posse dos Órgãos do Município de Ansião, para o mandato 2017-2021, conforme o n.º 1 do Artigo 57.º conjugado com o n.º 1 do Artigo 60.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, teve lugar no dia 20 de Outubro, em curso;
- 2.º** Que o número e extensão das matérias da competência da Câmara Municipal de Ansião e a periodicidade de reunião desta, inibem uma apreciação célere da totalidade das mesmas em reunião deste Órgão;
- 3.º** Que a delegação de competências constitui um instrumento destinado a conferir eficiência à gestão, possibilitando reservar para a reunião do Órgão Executivo as medidas de fundo e os actos de gestão do Município com maior relevância para o Concelho e para os cidadãos que nele vivem e trabalham;
- 4.º** Que o Artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, prevê a possibilidade de delegação das competências da Câmara no seu Presidente, constituindo, também a reserva de competências indelegáveis;

Proponho que a Câmara Municipal de Ansião delibere, ao abrigo do n.º 1 do Artigo 34.º da Lei n.º 75/2013 e com a possibilidade de subdelegação aí prevista, na conformidade com os Artigos 44.º a 55.º do Código do Procedimento Administrativo, delegar no seu Presidente as seguintes competências:

- 1)** Previstas no Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, em concreto:
 - a)** Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos da lei;
 - b)** Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com

- entidades da Administração Central;
- c)** Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
 - d)** Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
 - e)** Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
 - f)** Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob Administração Municipal;
 - g)** Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
 - h)** Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
 - i)** Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
 - j)** Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
 - k)** Participar em órgãos de gestão de entidades da Administração Central;
 - l)** Participar em órgãos consultivos de entidades da Administração Central;
 - m)** Administrar o domínio público municipal;
 - n)** Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
 - o)** Enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município;
 - p)** Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
 - q)** Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;
- 2)** Para além do controlo prévio a que se refere a alínea e) do número anterior, conforme com faculdade de delegação prevista nos n.ºs 1 de 4 do Artigo 5.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, decidir nas restantes matérias que o RJUE comete à Câmara Municipal;
- 3)** No âmbito da administração geral e sem contusão com as competências próprias que me são conferidas pelo Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, autorizar os pagamentos relativos a:
- a)** Remunerações dos trabalhadores;
 - b)** Remuneração do Presidente da Câmara e dos Vereadores, bem como os subsídios

extraordinários de Junho e de Novembro;

- c)** Bolsas e outras prestações devidas por integração de desempregados;
- d)** Abono para falhas aos trabalhadores titulares daquele direito;
- e)** Todas as prestações relativas a abonos a crianças e jovens;
- f)** Subsídio de férias e de Natal;
- g)** Prestações relativas a trabalho extraordinário, ajudas de custo e transporte;
- h)** Senhas de presença dos Vereadores e Membros da Assembleia Municipal;
- i)** Encargos decorrentes da ADSE;
- j)** Outras prestações ou suplementos que por lei sejam devidos aos trabalhadores com vínculo ao Município ou a legítimos sucessores de titulares desse vínculo;
- k)** Empréstimos e respectivos encargos;
- l)** Operações de tesouraria;
- m)** Encargos e compensações devidos a sistemas assistenciais, de aposentação e de segurança social;
- n)** Subsídios associados ao Regime da Protecção na Parentalidade;
- o)** Pagamento aos empreiteiros pela execução de obras municipais, de harmonia com os respectivos contratos e mediante autos e cálculos de revisão de preços devidamente assinados;
- p)** Pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços de acordo com os respectivos contratos;
- q)** Encargos com transportes escolares;
- r)** Encargos financeiros assumidos relativos a anos anteriores, sempre que reconheça que a razão do não pagamento em tempo oportuno não seja imputável aos credores;
- s)** Pagamento de preparos, custas, taxas, penalidades, coimas e quaisquer importâncias que sejam devidas em cumprimento de decisão judicial;
- t)** Outros pagamentos, em execução de deliberações dos Órgãos Municipais ou que sejam devidos por força de Lei;

4) Exercer, ainda, as seguintes competências:

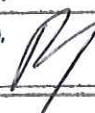
- a)** No arco de atribuições municipais, designar os elementos integrantes das comissões de vistoria, nos termos e limites da Lei;
- b)** Quanto ao licenciamento do exercício e à fiscalização das Actividades Diversas, as previstas no Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, nas suas redacções actuais.
- c)** Quanto à manutenção e inspecção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas

e tapetes rolantes, as previstas no Decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro, na sua redacção actual;

- d)** As conferidas à Câmara Municipal pelo Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Actividades de Comércio, Serviços Restauração, fixado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, na sua redacção actual;
- e)** Quanto à regulamentação higio-sanitária do comércio de pão e produtos afins, definida pelo Decreto-Lei n.º 286/86, de 6 de Setembro, na sua redacção actual, as previstas no Artigo 15.º;
- f)** Quanto à regulamentação higio-sanitária do comércio de pescado, no quadro do Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de Novembro, as competências conferidas à Câmara Municipal;
- g)** Quanto ao comércio não sedentário de carnes e seus produtos afins, definido pelo Decreto-Lei n.º 368/88, de 15 de Outubro, na sua redacção actual, as previstas nos Artigos 4.º, n.º 3, 7.º, n.º 1, 8.º e 9.º;
- h)** Quanto à utilização da via pública para realização de actividade contudentes com o trânsito, regulada pelo Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, as previstas nos Artigos, 8.º, n.º 1, 9.º, n.º 1 e 11.º, n.º 3;
- i)** Quanto ao regime de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, definido pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, na sua redacção actual, as previstas no Artigo 3.º;
- j)** Quanto a medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, definido pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, na sua redacção actual, as previstas n.º 2 do Artigo 27.º e no n.º 2 do Artigo 29.º;
- k)** No âmbito do revestimento vegetal e do relevo natural, as previstas no Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril, na sua redacção actual;
- l)** No âmbito da arborização e rearborização, as previstas no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, na sua redacção actual;

Proponho, finalmente, que a presente delegação seja publicada no próximo Boletim Municipal para cumprimento do n.º 2 do Artigo 47.º, conjugado com o Artigo 159.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, bem assim no portal do Município.

Ansião, 23 de Outubro de 2017,

MUNICÍPIO DE ANSIÃO
Presente à reunião de Câmara Municipal de 25.10.17
tendo sido deliberado: <u>Aprovar, por</u>
<u>Unanimidade, a pre-</u>
<u>sente proposta.</u>
O Secretário do Órgão, 

O Presidente da Câmara,


(António José Vicente Domingues)